

A PRESENÇA DAS IRMANDADES NA MACEIÓ OITOCENTISTA: REBATIMENTOS  
PARA OS DIAS ATUAIS<sup>1</sup>

THE PRESENCE OF BROTHERHOODS IN NINETEENTH-CENTURY MACEIÓ:  
REPERCUSSIONS FOR THE PRESENT DAY

Krislaine Valéria dos Santos Sales

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

krislainesales@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9194-2569>

**RESUMO:** Este artigo se propõe a abordar sobre as Irmandades em Maceió durante o período de 1817 até 1870, considerando que a partir do processo emancipatório de Alagoas há a reestruturação da Igreja na Província e com ela o surgimento das duas principais Irmandades na região denominada Boca de Maceió, passando pelos conflitos entre Igreja e Estado fomentados pelos levantes políticos e sociais da época, bem como pelas relações diplomáticas estabelecidas pelas entidades religiosas como forma de controle do negro – livre ou cativo – e o crescimento econômico de Maceió. Constituídas como corpo orgânico cujos objetivos de suas obras eram a piedade, a caridade e a promoção do culto religioso público, as Irmandades fundadas por leigos no século XV, na Europa e trazidas para o Brasil no século XVI, exerciam um papel importante na afirmação da identidade e no controle social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Irmandades, Igreja, Maceió, Estado, Identidade.

**ABSTRACT:** This article aims to address the Brotherhoods in Maceió during the period from 1817 to 1870, considering that from the emancipatory process in Alagoas there was the restructuring of the Church in the Province and with it the emergence of the two main Brotherhoods in the region called Boca de Maceió, including the conflicts between Church and State fueled by the political and social uprisings of the time, as well as the diplomatic relations established by religious entities as a way of controlling black people – free or captive – and the economic growth of Maceió. Constituted as an organic body whose objectives of their works were piety, charity and the promotion of public religious worship, the Brotherhoods founded by lay people in the 15th century in Europe and brought to Brazil in the 16th century, played an important role in affirming the identity and social control.

**KEYWORDS:** Brotherhoods, Church, Maceió, State, Identity.

<sup>1</sup>Minicurso ofertado durante o evento em 14 de novembro de 2024. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=GEL8R1KXOpY>

## Introdução

A colonização portuguesa implantou o catolicismo tradicional sob o aspecto social e familiar. A religião representava a reunião social, era o núcleo de convivência da sociedade, onde as festividades rompiam a monotonia da vida diária. As Irmandades, por sua vez, tinham como papel fundamental gerir todos os negócios e decidiam sobre as questões internas e externas, onde muitas vezes serviam para controlar os irmãos, principalmente quando este era ainda cativo, “o objetivo principal da Irmandade era promover a ajuda mútua e socorrer os irmãos em dificuldades, principalmente os escravizados e escravizadas incapacitados e abandonados pelos senhores.” (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 110).

Surgidas na Europa a partir do século XV, as Irmandades foram fundamentais para confirmação dos dogmas católicos, principalmente, após a reforma protestante que culminou no Concílio de Trento (1545-1563). Em Portugal, por exemplo, três Irmandades se destacaram pela doutrina defendida, são elas: a Irmandade do Rosário, que abrigava negros; a Irmandade das Almas, que cuidavam do sufrágio universal; e a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que exercia papel de soberania sobre as demais confrarias. As Irmandades são instituições que estabelecem o elo entre a igreja e o fiel, eram um lugar de sociabilidade, de reforço da identidade e de obtenção de status social. Essas Irmandades foram o principal meio pelo qual a igreja utilizava para manter a ordem e a paz, principalmente, em momentos de turbulências devido os levantes e motins que muitas vezes reverberavam na instituição, seja por pressão do Estado ou por envolvimento dos clérigos no meio político.

As Irmandades também tinham como papel a reprodução dos valores da sociedade escravista, contudo era necessário inserir negros e pardos na sociedade a partir da filiação nas confrarias que, por sua vez, precisavam de autorização de seu estatuto.

A aprovação do estatuto por parte da igreja ficava a cargo do Alto Clero Regional em Olinda (PE) que poderia aditar a aprovação para ajustes do mesmo e por parte do Estado pela Câmara Provincial. O Estatuto era um conjunto de regras que determinada o objetivo da associação, os direitos, deveres e obrigações dos irmãos que deveria se conjurar e se obrigar ao compromisso (Estatuto) no ato da

filiação. Os direitos dos irmãos estendiam-se aos familiares, porém poderia ser suprimido em caso de inadimplência.

### **O Concílio Tridentino (1545 – 1563): Contextualizando a aplicabilidade do Direito Canônico**

Considerado o Concílio mais duradouro da história, o Concílio de Trento de (1545 – 1563) convocado pelo Papa Paulo III foi uma resposta a Reforma Protestante que por sua vez, teceu críticas a Igreja Católica, Martinho Lutero ao publicar suas 95 teses força a igreja a convocar uma Assembleia para debater medidas cujo objetivo era restabelecer a unidade e a disciplina na Igreja, onde o objetivo principal era reafirmar os dogmas católicos e reajustar a conduta de clérigos e leigos dentro da doutrina.

O concílio Tridentino foi muito importante para que a Igreja pudesse se reorganizar, pois a partir disso cresce o número de confrarias dedicadas as devoções principais, a exemplo da Irmandade do Santíssimo Sacramento que passa a ser incumbida pelas celebrações litúrgicas ligadas aos mistérios cristológicos, a ornamentação e organização das solenidades religiosas e as festividades cujas finalidades eram a demonstração de força da Instituição e o reforço da identidade dos membros. Esse crescimento não é só em número de irmãos filiados, mas também em número de Irmandades e confrarias erguidas no mundo católico.

No Brasil, o reflexo do Concílio se dá com a produção das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, aprovadas em 1707 e impressas em 1719, que deveriam ser lidas publicamente, especialmente nas missas, levando a todos o conhecimento de seu conteúdo. Durante a fase de materialização do documento normativo, a comunidade religiosa ficou sujeita à disciplina das Constituições de Lisboa.

Nesse ínterim, o Concílio reafirmou a imunidade da Igreja e seus componentes, exigindo que os reis e os príncipes cumprissem suas obrigações perante a instituição, outrossim ordenava a investigação e a reforma de tudo aquilo que fosse contrário aos preceitos eclesiásticos. Essas determinações eram tão imperativas que na Carta de Compromisso das Irmandades havia artigos que

impunham como requisitos para a filiação: a profissão da fé católica, o repúdio e a aplicação de sanções às práticas divergentes. Ademais, necessitava edificar as capelas, “em honra e louvor a Deus”, em obediência ao Direito Canônico e à designação do Arcebispado, sob pena de sofrer excomunhão.

### Maceió Oitocentista

A história de Alagoas, propriamente dita, começa com sua emancipação da capitania de Pernambuco em 1817, onde a principal cidade alagoana era a Cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro), a primeira capital da província, permanecendo assim até 1839 quando Maceió começa a se destacar, principalmente pela presença do porto de Jaraguá, e é escolhida a nova capital.

Durante todo o século XIX Maceió se desenvolveu, se urbanizou e se firmou como polo econômico, o bom funcionamento do porto facilitou o estabelecimento de atividades mercantis, desta forma a economia da população cresce concomitantemente. Porém é só a partir da segunda metade do século XIX que Maceió tem seu desenvolvimento mais expressivo, pois chega à cidade ferrovias, os jornais e os divertimentos sociais aumentam.

Durante os oitocentos, Maceió foi se estabelecendo como principal polo demográfico-econômico da Província de Alagoas e, em seu tecido social, é marcante a presença de escravizados, libertos, africanos livres e homens empobrecidos buscando seus meios de sobrevivência e resistindo à hegemonia escravagista.

Havia na cidade inúmeros terreiros de xangô, pequenos quilombos ao redor e intensa movimentação de escravizados, libertos, africanos livres e homens livres pobres nas ruas em busca de seus meios de subsistências, sendo comum encontrá-los em rodas de capoeiras e manifestações culturais como: o coco de roda, nas músicas de barbeiros e no lundu (Sankofa, 2013, p. 79)

Mas a história de Alagoas é caracterizada pelas instabilidades provocadas pelos diversos levantes. O período monárquico (1808-1889) em Alagoas, por exemplo, foi marcado por diversas rebeliões e revoluções, é o caso de movimentos como o Mata Marinheiro (1822 e 1831) Guerra dos Cabanos (1832-1850) e Ronco da Abelha (1851-1852), que possuíam objetivos localizados e imediatos, causaram

grandes repercussões na região recém-emancipada, apesar de apresentarem-se com mais força em outras províncias nordestinas. Em contrapartida o embate entre Lisos e Cabeludos (1844) desestabilizou mais a região de Maceió

Em 1822, o Mata Marinheiro que foi um conflito de caráter antilusitano apoiado por Coruripe, Anadia, Poxim, Porto Calvo e Penedo, invadem Maceió com finalidade de reformular a junta com a demissão de todos os funcionários portugueses apelidados pelos brasileiros de “pés de chumbo” ou “marinheiros”, como forma de nacionalizar o poder local.

Já a Guerra dos Cabanos foi uma das mais destacadas revoltas, inicialmente tratava-se de um conflito local, mas após ganhar grande adesão popular, avançou de forma significativa por uma vasta região a nível Brasil, com o objetivo de restaurar o poder conservador do Imperador Pedro I a princípio, e posteriormente têm sua finalidade modificada em busca de libertar escravizados dos engenhos dos epicentros que foram ocupados por quilombolas palmarinos.

Em sua última fase, os cabanos sitiaram Maceió com o apoio dos Lisos provocando uma reação imperial mais brutal. No âmbito religioso, a Igreja Católica adentrou a área de conflito para catequização dos rebeldes na tentativa de convencê-los a se renderem. O bispo de Olinda e o exército de frades Capuchinhos aliam-se aos militares a fim de garantir a vitória, fato que ocorreu em 1850. A cada embate havia articulações do governo tanto de cunho político-religioso quanto legislativo para controlar os rebelados.

Em 1851 eclode mais um movimento, o Ronco da Abelha cuja intenção era protestar contra os decretos reais que instituía o Censo Geral do Império e a obrigatoriedade do Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos “que era feito pela Igreja e passaria à responsabilidade aos funcionários do Estado” E, como coincidiu com o promulgação da Lei Euzébio de Queiroz (1850), houve rumores de que o objetivo do Censo na realidade era escravizar novamente as pessoas livres e libertas, provocando uma reação furiosa das minorias possivelmente atingidas, foi o primeiro registro de um conflito associado aos decretos.

Além disso, a capital alagoana passava por um momento de grande turbulência política, provenientes da rivalidade entre Lisos (os históricos) chefiado por Tavares Bastos e Cabeludos (os progressistas) liderado pelo Visconde de Sinimbu.

Diante desse cenário, a Coroa Portuguesa começou a pressionar cada vez mais a Igreja Católica para manter no controle seus fiéis e religiosos ao passo que decretava Códigos de Postura na tentativa de evitar mais embates. Era evidente que as regulamentações, tais como a proibição do porte de arma, da compra de pólvora e do perambular de escravizados certas horas da noite, demonstrava o temor do governo com as rebeliões, principalmente, aquelas realizadas por escravizados.

### **A instituição das Irmandades no contexto maceioense**

Constituídas como corpo orgânico cujos objetivos de suas obras eram a piedade, a caridade e a promoção do culto religioso público, as Irmandades eram instituídas nas Igrejas de forma organizativa sob ordem devocional, corporizando as interações entre leigos e clérigos, assumindo, assim, grande relevância nas estruturas sociais e religiosas.

As confrarias abrigavam homens e mulheres, cativos, livre e libertos que, por sua vez, tinham como missão: o zelo pelos altares, a realização de festividades em honra ao padroeiro e a disseminação da fé católica. É imprescindível destacar que as festividades eram dedicadas a honra do patrono que representava a Irmandade e também eram aquelas que estavam no calendário litúrgico.

A Carta de compromisso, documento que regia a Irmandade designava o público que deveria ser abrigado em cada associações. A Irmandade do Santíssimo Sacramento cuja opa era vermelha era dedicada aos chamados “homens bons”, por ser a gestora da igreja acabava atraindo membros proeminentes, principalmente, porque o valor a ser pago para filiar-se e as mensalidades da filiação eram um dos mais altos dentre todas as Irmandades,

Já a Irmandade das Almas com opa verde, dedicava-se a recepcionar brancos empobrecidos, em especial na Igreja de Nossa Senhora do Prazeres em Maceió essa confraria permitia a presença de escravizados e mulheres, por fim, a Irmandade de nossa Senhora do Rosário com a opa azul era dedicada a população negra que muitas vezes era impedida de frequentar as mesmas igrejas dos “homens Bons”, por isso tinha igrejas próprias.

Estabelecidas pelo Concílio de Trento como as Irmandades das devoções principais, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade das Almas foram abrigadas na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres visto que era a principal capela da vila de Maceió, pois segundo Cavalcanti (1998, p. 02):

O papel da Igreja, através de sua doutrina e dos diferentes tipos de manifestação religiosa, foi primordial para consolidar a estratificação da sociedade urbana, enquadrando e amalgamando a população aos interesses dos grupos dominantes. Quanto as manifestações religiosas e a sua expressão sobre o espaço físico, a inserção dos grupos sociais nas Irmandades e seu papel na sociedade são reveladores.

Sendo assim, a Irmandade das Almas fundada em 1824 trazia como diferencial a permissão de associação de mulheres e escravizados, desde que tivessem anuência de quem detivesse sua tutela. A presença de mulheres na confraria era regida pelo impedimento do exercício de cargos e sob a condição do número de filiadas ser menor que a quantidade de homens, assim também como os cativos, entretanto todos pagariam os mesmos valores das taxas. Contudo em 1865, há a reforma do compromisso das almas onde os escravizados são excluídos e as mulheres passam a sofrer mais restrições e preconceito da sociedade Maceioense conservadora que a exime de participar da Irmandade.

Em 1825 é criada a Irmandade do Santíssimo Sacramento que agrupava a elite feudal açucareira, tornando-se imprescindível nas paróquias, pois além de ser a mais prestigiada era a responsável pela administração paroquial. Vale destacar que durante a reforma da Igreja Matriz, essa Irmandade ficou responsável por gerenciar a verba enviada pela Coroa cuja finalidade era financiar parte da obra, enquanto a sociedade financiava a parte que a ela era cabível.

E mesmo que mais de uma confraria pudesse ser içada numa mesma igreja a Coroa Portuguesa estabelecia a hierarquia entre elas, o que as dividia e gerava tensões. Segundo Lima Junior (1970, p 52), as rivalidades entre essas Irmandades surgem a partir das diferenciações criadas pelo Estado, incididas pelo processo discriminatório iniciado pela escolha do altar-mor, visto que era o principal e mais prestigioso. Esse altar era destinado para Irmandade do Santíssimo Sacramento,

enquanto os altares laterais (transeptos) com menos visibilidade eram designados para as demais confrarias.

Os espaços, ocupados pelas associações, dentro da Igreja eram determinados pela cor e pelo *status* de seus membros, o que exterioriza o comportamento segregacionista existente nas congregações. Segundo Ernani Mero (1983, p. 45), com essas distinções, os negros passaram a construir suas capelas em lugares altos como forma de superação das diferenças.

Para os negros a devoção era direcionada para Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Os fatos históricos remontam a capela do Rosário como existente desde 1820, mas que foi demolida e construída em terreno vizinho por negros empobrecidos e escravizados. Sua festa foi transferida para o dia 26 de dezembro porque este era o dia de guarda para o escravizado assim eles poderiam usar seu dia para devoção.

Já em 1830, outras confrarias vão surgindo como Senhor Bom Jesus dos Martírios fundada na sacristia da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e sob princípios excludentes, pois não aceitava mulheres, analfabetos, escravizados e nem empobrecidos em contrapartida a Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo aceitava pessoas livres e trabalhadores urbanos empobrecidos.

Em 1847, 16% da população de Maceió era escravizada e suas quatro principais Irmandades era Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora do Livramento, Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios e Nossa Senhora Mãe do Povo. Já em 1857, a população escravizada atingia 20% de sua totalidade, sendo assim foram criadas três novas Irmandades: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1857 para administrar o novo "hospital de caridade" da cidade; a Irmandade do Senhor dos Passos (1862), também na Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, que não aceitava escravizados ou libertos; e, por fim a Irmandade do Glorioso São Benedito, na capela de N. Sra. do Rosário, também em 1862.

### Considerações finais

As Irmandades se constituíram como instrumento de reforço da identidade e de orientação doutrinal, mas também assegurava a manutenção dos privilégios às elites,

visto que, cada confraria era direcionada a um público que, por sua vez, ocupava um lugar de destaque hierarquizado a partir do status social de seus membros. Nesse caso, Penteado (2000, p. 325) defende que dentro das próprias associações havia desigualdades sociais, pois eram concedidos estatutos desiguais porque as vivências das práticas confraternais eram diferenciadas. Sabe-se que uma das grandes diferenciações foram as ocupações dos cargos dirigentes, para os quais havia a recomendação da ocupação apenas pelos “homens dignos e benemérito”, isto é, por aqueles que possuíam um patrimônio considerado.

Em paralelo a isso o período oitocentista foi marcado pelas revoltas que delinearam uma nova era para a sociedade alagoana, pois movimentos como o Mata Marinheiro e a Guerra dos Cabanos buscavam romper a ligação entre brasileiros e lusitanos e, de certa forma, despertava o caráter revolucionário dos provincianos que promoviam mais rebeliões, a exemplo, do embate político entre Lisos e Cabeludos que, de acordo com Péricles (2019, p. 155): “Era a disputa entre facções da mesma classe dominante de senhores de engenho e ricos fazendeiros e comerciantes, em conflito pela hegemonia no poder político regional” e ocasionou chacinas e coação dos clérigos para asseverar a ordem.

Portanto, é perceptível que ao longo da história, a Igreja, a partir das Irmandades, por um lado, exerceu a função de cuidadora dos fiéis vivos e/ou mortos, por outro, garantiu que a política das oligarquias permanecesse inabalável, assegurando a perpetuação da segregação social, ratificando assim a retenção dos espaços de poder sob o domínio dos chamados “homens bons”, ou seja, o poder nas mãos das elites.

## Referências

1. ALAGOAS. Arquivo Público de Alagoas (APA). Caixa 5382. **Livro caixa da Irmandade de Nossa Senhora do Sacramento**. Maceió: APA, [18--?].
2. ALAGOAS. Arquivo Público de Alagoas (APA). Caixa 5585. **Livros de Compromissos das Irmandades de Alagoas**. Maceió: APA, [18--?].
3. CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **La production de l'espace à Maceió (1800-1930)**. São Paulo: Urbandata; USP, 1998.

4. CEZERILO, Antônia Aparecida Quintão dos Santos. **Irmandades Negras: estratégias de resistência e solidariedade**. São Paulo: Mackenzie, [20--?].
5. CONSTITUIÇÕES primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide [...]. São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291>. Acesso em: 1 mar. 2026.
6. CRUZ, Tereza Cristina de Carvalho. **As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes**. 1. ed. Florianópolis: [s. n.], 2007.
7. FALCÃO, Ehrlich. **Memórias de Maceió: I origem, fundação e símbolos**. Maceió: Q-gráfica, 2021.
8. FLEXOR, Maria Helena Ochi. O Concílio de Trento e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “programa” da arte sacra no Brasil. In: HERNÁNDEZ, Maria Hermínia Oliveira; LINS, Eugênio de Ávila (ed.). **Iconografia: pesquisa e aplicação em estudos de Artes Visuais, Arquitetura e Design**. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 207-251.
9. GOUVEIA, Antonio Camões *et al.* **História religiosa de Portugal**. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000. v. 1.
10. LIMA, Felix Junior. **Irmandades**. Maceió: Secretaria de Educação e Cultura, 1970.
11. MÉRO, Ernani Otacílio. **Igrejas de Maceió**. Maceió: [s. n.], 1987.
12. MÉRO, Ernani Otacílio. **Religião e racismo: discriminação racial nas irmandades**. Maceió: Sergasa, 1983.
13. QUEIROZ, Álvaro. **A Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres de Maceió**. Maceió: Editora Cesmac, 2019.
14. QUEIROZ, Álvaro. **Clero e política**. Maceió: Gráfica Bom Conselho, 1996.
15. QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da história das Alagoas**. Maceió: Gráfica Moura Ramos, 2017.
16. QUEIROZ, Álvaro. **Sobre a história da Arquidiocese de Maceió**. Maceió: [s. n.], 1991.
17. REGINALDO, Luciene. África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **Revista História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p.

- 289-319, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000100011>. Acesso em: 1 mar. 2026.
18. REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
19. SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antónia. **História breve das misericórdias portuguesas, 1498-2000**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
20. TENÓRIO, Douglas Apratto. **A história do país dos alagoanos**. Maceió: Editora Cesmac, 2019.
21. TENÓRIO, Douglas Apratto. **Maçaió-k, Maçayó**. Maceió: Editora Cesmac, 2019.